

Alfabetização e sua avaliação no Brasil: um balanço crítico a partir de diferentes pesquisas

Artur Gomes de Morais

Telma Ferraz Leal

Assim como em outros países, assistimos no campo da alfabetização, no Brasil, a um embate entre diferentes perspectivas teórico-metodológicas que buscam influir sobre políticas públicas, quando o tema é “como alfabetizar”. Nas décadas de 1980 e 1990, a teoria da psicogênese da escrita ganhou certa hegemonia, em nossos meios acadêmicos e em propostas curriculares, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), por exemplo. Também foram crescentes as abordagens que traziam como novidade uma ampliação e diversificação das práticas de leitura e produção de textos vivenciadas com os alfabetizandos, em decorrência da disseminação do conceito de letramento e da defesa da perspectiva de “alfabetizar letrando”. No entanto, diversos estudos atestaram a permanência, nas salas de aula, do emprego de métodos tradicionais de alfabetização, sobretudo os silábicos. Nas duas últimas décadas, tem havido, ainda, uma pressão de grupos de pesquisadores e de empresários para que os estudos sobre consciência fonêmica sejam a principal referência teórica nas proposições de política públicas e que o método fônico seja instituído como solução, na eterna busca por um ensino de alfabetização mais eficiente em nossas redes de ensino.

Nesse contexto, as poucas avaliações externas aplicadas no período equivalente ao final do quinto ano do ensino fundamental já vinham indicando, desde os anos 1990, reiteradamente, o baixo desempenho da maioria dos estudantes quanto ao domínio de habilidades de compreensão de textos escritos.

Para enfrentar esse quadro, alguns programas específicos foram postos em prática, no âmbito federal, com o propósito de qualificar a ação dos docentes

alfabetizadores – como o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (Profa), o Pró-Letramento e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) –, mas poucas ações relativas à avaliação desses programas foram realizadas. Cabe recordar, também, que a instituição de exames destinados a mensurar as aprendizagens realizadas pelos alfabetizandos, na área de linguagem, durante ou ao final do ciclo de alfabetização, demorou bastante a ocorrer. Em 2008 passamos a ter uma avaliação externa de caráter estritamente diagnóstico – a Provinha Brasil –, aplicada no início e no final do segundo ano do ensino fundamental e, só em 2013, foi instituída a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), a ser aplicada no final do terceiro ano daquela etapa, mas, infelizmente, interrompida desde 2016.

Desse modo, tendo em conta que o Plano Nacional de Educação (PNE) assumiu como compromisso na meta 5 “estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos(as) professores(as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças”, urge fazer um balanço crítico, a partir da produção acadêmica mais recente, de como estamos alfabetizando e avaliando a alfabetização praticada em nossas redes de ensino.

No âmbito desse debate, pode-se destacar que a ausência de um currículo nacional até o ano de 2017 fez com que documentos sem aquele poder regulador (por exemplo, PCN, Direitos de Aprendizagem do Pnaic) fossem usados na definição de políticas públicas que, no âmbito federal, eram voltadas à etapa de alfabetização – como o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), o Pró-Letramento, a ANA e a formação do Pnaic. Tal carência provocou, no país, instabilidades sobre o que se considera como meta em relação aos conhecimentos dos estudantes em processo de alfabetização e, conseqüentemente, sobre parâmetros seguros para as políticas de avaliação da alfabetização.

As instabilidades e tensões se agravaram com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, na contramão do que estava hegemonicamente instituído em documentos curriculares estaduais e municipais, reduziu o ciclo de alfabetização aos dois primeiros anos do ensino fundamental e alterou as expectativas de conhecimentos e habilidades a serem apropriados pelos aprendizes quanto à modalidade escrita da língua, naquela etapa. Já a Política Nacional de Alfabetização, instituída pelo MEC, por meio de decreto, em 2019, propõe alterações que nem sempre se pautam pela BNCC e pouco se filiam ao acordado pelo PNE.

Desse modo, a discussão sobre concepções de alfabetização e a delimitação mais clara das expectativas acerca do que consideramos como pessoa alfabetizada tornam-se, hoje, mais que urgentes. Dentre os diferentes aspectos a serem discutidos, a avaliação da alfabetização é um dos focos centrais de prioridades, tanto no que se refere à avaliação da aprendizagem que ocorre no cotidiano escolar, quanto à avaliação em larga escala e à avaliação das políticas públicas que envolvem todo o ensino de alfabetização.

Nesse cenário, a proposição deste número da revista *Em Aberto* justifica-se por partirmos do pressuposto de que necessitamos socializar a produção de pesquisas

de diferentes regiões do país que têm oferecido evidências sobre a avaliação da alfabetização. Aqui, o leitor encontrará uma pequena amostra da diversidade de estudos que se voltaram para este complexo objeto e que podem nos ajudar a melhor debater-lo.

Em “Avaliação da alfabetização e formação de professores alfabetizadores no Brasil: caminhos e descaminhos”, Artur Gomes de Morais e Telma Ferraz Leal buscam problematizar os limites e as possibilidades de dois programas de avaliação em âmbito nacional, a Provinha Brasil e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), sobre as políticas de alfabetização. A partir das evidências de diferentes estudos, os autores apontam que essas avaliações tiveram importância para a definição de políticas públicas, mas precisavam ser aperfeiçoadas tanto na composição dos exames adotados a cada edição como na interpretação de seus resultados. Concluem, ademais, que houve uma utilização precipitada de dados da ANA para justificar a criação da Política Nacional de Alfabetização pelo MEC, em 2019, que desconsidera saberes teórico-metodológicos diversos, construídos ao longo de vários anos nas políticas de formação de professores alfabetizadores brasileiros.

Luciana Piccoli e Renata Sperrhake são as autoras do segundo artigo, intitulado “Instrumentos para avaliação formativa da alfabetização: princípios conceituais e metodológicos”. Nele, discutem a avaliação da aprendizagem na alfabetização com base na análise de instrumentos utilizados em experiências escolares com turmas de primeiro ano do ensino fundamental. Como as evidências colhidas demonstram que o olhar interpretativo docente é baseado em teorias muito variadas, que explicam de forma diversa o processo de aprendizagem inicial da leitura e da escrita, as estudiosas constataam a importância de professoras e professores se apropriarem mais e melhor daqueles referenciais, de modo a melhor poderem, no dia a dia, acompanhar as aprendizagens das crianças e organizar situações de ensino que, efetivamente, favoreçam o avanço de seus alunos.

Em “Reflexões sobre especificidades didático-pedagógicas dos itens de leitura da avaliação da alfabetização no Brasil”, Gladys Rocha, Raquel Márcia Fontes-Martins e Vanessa Regina Eleutério Miranda tiveram como objetivo analisar duas avaliações externas, no contexto da sua implementação e, principalmente, refletir sobre seus percursos e especificidades didático-pedagógicas: o Programa de Avaliação da Alfabetização do Estado de Minas Gerais (Proalfa) e a Provinha Brasil. Focalizando dois tipos de itens destinados a avaliar a alfabetização (os de modelo único, totalmente lidos pelos alunos, e os de modelo híbrido, parcial ou totalmente lidos pelo aplicador), verificaram que, por meio deles, é possível captar informações de estudantes com diferentes perfis e que os modos de construção (dos dois tipos de itens) fundamentam-se em uma concepção de alfabetização e letramento, perspectiva que influenciaria tanto a elaboração dos itens como sua seleção para os testes.

No artigo “Avaliação Nacional da Alfabetização: síntese sobre os resultados das escolas associados a variáveis socioeducacionais”, José Francisco Soares e Luana Bergmann apresentam uma avaliação externa realizada em larga escala pelo governo federal brasileiro nas escolas públicas entre os anos de 2013 e 2016, e expõem um panorama sobre o método adotado nessa avaliação, apontando os principais conceitos

e instrumentos que a estruturaram. Sumarizando os resultados nacionais demonstrados pelo público-alvo da edição 2016, os autores os associam a um conjunto de variáveis escolares e sociais relevantes, constatando que as características do alunado, da infraestrutura, da dependência administrativa e da complexidade das escolas – assim como aspectos ligados à formação dos docentes – criam grupos de escolas com enormes diferenças em termos da proficiência medida pelos testes da ANA.

Abordando outra faceta do amplo tema, Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti e Laiana Abdala Martins produziram o artigo “Programas federais em alfabetização: abordagem linguístico-epistemológica”. Nele, as autoras estudam o Pró-Letramento Linguagem (PL), vigente de 2005 a 2012, e o Pnaic, iniciado em 2013 e encerrado em 2018, a fim de relacionar esses programas sob o ponto de vista filosófico-epistemológico em enfoque linguístico. A partir de duas perspectivas teóricas que denominam *Movimento A* (enfoque cognitivo-sistêmico) e *Movimento B* (enfoque na interação social), empreendem uma pesquisa documental do Manual do PL e dos Cadernos do Pnaic, concluindo que o PL se caracterizou por uma busca, ainda difusa, de manutenção no enfoque cognitivo-sistêmico, enquanto o Pnaic teria sublinhado o enfoque processual-sistêmico. Segundo as autoras, os dois programas, porém, convergiram no reconhecimento de que ambos os movimentos não podem ser dissociados da formação continuada de alfabetizadores.

Em “Orientações e propostas avaliativas para a escrita alfabética no Programa Nacional do Livro Didático de 2007 a 2016: o que sugerem as coleções de alfabetização?” Magna do Carmo Silva analisou o Manual do Professor e o Livro do Aluno de duas coleções de alfabetização aprovadas no PNLD de 2007 a 2016, concluindo que elas apresentaram poucas contribuições ao professor quanto à avaliação da escrita alfabética, apesar de considerarem a avaliação como um processo de regulação da prática pedagógica. As poucas orientações sobre a forma de registro do processo avaliativo contidas nos recursos didáticos analisados poderiam, no entanto, fomentar ações docentes que articulassem ensino, aprendizagem e avaliação na perspectiva formativa e reguladora da avaliação.

Dando voz aos formadores de alfabetizadores, no artigo intitulado “O que pensam os orientadores de estudo sobre o processo formativo proporcionado pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa?”, Cancionila Janzkovski Cardoso e André Luís Janzkovski Cardoso exploraram as percepções dos orientadores de estudo, representantes das redes municipais e estadual de educação de 141 municípios do estado de Mato Grosso, que participaram do Pnaic, de 2013 a 2015. A partir de *surveys* realizadas anualmente, totalizando 809 protocolos de respostas, os autores sistematizaram os resultados em seis categorias que evidenciaram percepções favoráveis dos orientadores de estudo em relação à formação continuada de alfabetizadores oferecida pelo Pacto, destacando aspectos concernentes a contribuições, impactos e mudanças nas práticas pedagógicas, aliados aos princípios formativos, aos objetivos e ao processo mesmo de formação continuada.

Ainda investigando possíveis efeitos do Pnaic, “A ressignificação na prática de avaliar do professor alfabetizador pautada nos direitos de aprendizagem”, artigo

de Adelman Barros-Mendes, Adriana Carvalho Souza Castro, Heloane Baia Nogueira e Rosivaldo Gomes, apresenta reflexões geradas a partir de um mapeamento fundamentado no paradigma indiciário. Nele foram enfocados indícios obtidos em dois instrumentos formativos construídos na formação do Pnaic conduzida pela Universidade Federal do Amapá: o diário reflexivo e o relatório descritivo. A análise efetuada pelos pesquisadores demonstrou que, sob dois aspectos – incorporação, no fazer docente, de um planejamento de ações/práticas didáticas alinhadas aos direitos de aprendizagem e de uma avaliação formativa alicerçada pelos direitos de aprendizagem –, os alfabetizadores, anteriormente identificados com uma dimensão de avaliação classificatória, passaram, no decorrer da formação continuada, a fundar-se em outra perspectiva: diagnóstica, emancipatória, formativa/formativa-reguladora.

No último artigo da seção Pontos de Vista, intitulado “Contribuições da autoavaliação institucional para o uso formativo das avaliações da alfabetização”, João Luiz Horta Neto e José Roberto Souza Santos apontam que, apesar de ter-se observado, nos últimos anos, um crescente interesse do poder público por avaliações externas no ciclo de alfabetização, tais ações vêm influenciando pouco as tomadas de decisão no âmbito das escolas, frustrando, em parte, o que parece ser o interesse dos órgãos responsáveis pelas avaliações. Ao analisar algumas das possíveis razões que explicariam o fato de os resultados das avaliações do ciclo de alfabetização serem pouco utilizados para a melhoria escolar, discutem as prováveis contribuições da autoavaliação institucional. Os autores sugerem que é preciso problematizar as avaliações externas tal como são realizadas, porque produzem, de modo unilateral, juízos acerca da qualidade das instituições, e, quando as escolas não desenvolvem suas próprias avaliações, tornam-se reféns desses juízos.

Após esses diferentes relatos de pesquisas, levados a cabo por especialistas de todas as regiões do nosso Brasil, o leitor encontrará, na seção Espaço Aberto, a entrevista da doutora Magda Becker Soares sobre “A proposta de ensino e avaliação da alfabetização em Lagoa Santa, Minas Gerais”. Nela, nossa professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) relata, em pormenores, a experiência de “desenvolvimento profissional” de alfabetizadores que, desde 2007, vem conduzindo naquela rede pública de ensino. Ao descrever o cuidadoso processo de formação continuada e o processo sistemático de “diagnóstico” (avaliação em rede), planejado e realizado coletivamente, em todas as salas de alfabetização do município, nossa especialista-mor nos ensina que, sim, é possível ter esperança de construir democraticamente, em nossas redes públicas de ensino, um processo de alfabetização em que o ato de avaliar presta-se a verificar e atualizar metas de ensino assumidas pelo conjunto de todos os educadores que fazem as escolas.

Como aperitivos adicionais, o leitor encontrará, na seção Resenhas, a análise de obras que remetem ao tema. Na primeira, Renata Sperrhake enfoca a tese de doutorado de Darlize Teixeira de Mello, que tem por título *Provinha Brasil (ou “Provinha de Leitura”?): mais uma “avaliação sob medida” no processo de alfabetização e “letramento inicial”*, defendida em 2012 na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Na segunda, Artur Gomes de Moraes retoma o relatório do “National Reading Panel” americano, intitulado

Teaching children to read: an evidence-based assessment of the scientific research literature on reading and its implications for reading instruction – reports of the subgroups, publicado em 2000, que foi assumido como referência primordial pelos autores da Política Nacional de Alfabetização, imposta por nosso Ministério de Educação, por decreto, em 2019.

Para concluir, e visando a estimular os leitores que tenham interesse em aprofundar as abordagens tratadas nos artigos, a seção Bibliografia Comentada, organizada por Rosivaldo Gomes, apresenta resumos de artigos, livros e dissertações selecionados para esse fim.

Artur Gomes de Moraes

Telma Ferraz Leal

Organizadores